



POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EQUIDADE E PERTINÊNCIA SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Rosilda Arruda Ferreira (UFBA)¹

Robinson Moreira Tenório (UFBA-UNB)²

RESUMO

O artigo analisa as respostas que a Universidade Federal da Bahia vem dando ao problema da desigualdade do acesso à educação superior no estado da Bahia a partir da implantação da política de cotas, tomando como referência o contexto mais amplo das desigualdades no Brasil. O artigo foi elaborado com base nos primeiros resultados do trabalho realizado no âmbito do Programa Interuniversitário de Equidade e Coesão Social promovido pela Rede Ibero Americana de Política e Investigação da Educação – RIAIPE3, financiado pela União Européia. O estudo conclui que é necessário ir além da implementação de políticas que garantam o acesso à educação superior para os segmentos excluídos, evidenciando a necessidade de instituir políticas que promovam ações voltadas à mudança cultural para superação das discriminações veladas que se fazem presentes nas relações estabelecidas no interior da Universidade e que refletem aquelas praticadas na sociedade como um todo.

Palavras-chave: Educação Superior; Desigualdades Sociais; Políticas de Cotas.

INSTITUTIONAL POLITICS OF EQUITY AND SOCIAL RELEVANCE IN THE UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ABSTRACT

The article analyzes the responses the Federal University of Bahia has been giving to the problem of inequality of access to higher education in the state of Bahia since the implementation of the quota policy, with reference to the broader context of inequalities in Brazil. The article was based on the first results of the work performed under the Interuniversity Program Equity and Social Cohesion sponsored by the Ibero American Politics Research and Education - RIAIPE3, funded by the European Union. The study concludes that it is necessary to go beyond the implementation of policies that guarantee access to higher education for excluded groups, highlighting the need to establish policies that promote actions aimed at cultural change to overcome the veiled discrimination that are present in the relationships established in within the University and that reflect those practiced in society as a whole.

Keywords: Higher Education; Social Inequalities; Quota Policies.

¹ Rosilda Arruda Ferreira é Professora Associada da Universidade Federal da Bahia e Coordenadora da Equipe da UFBA que participa do Riaipe3 (rosildaarruda@gmail.com)

² Robinson Moreira Tenório é Professor Associado da Universidade Federal da Bahia e Vice Coordenador da Equipe da UFBA que participa do Riaipe3 (robinson.tenorio@uol.com.br)



INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os primeiros resultados do trabalho realizado no âmbito do *Programa Interuniversitário de Equidade e Coesão Social* promovido pela Rede Ibero Americana de Política e Investigação da Educação – RIAIPE3, financiado pela União Europeia sob a coordenação geral da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. O projeto envolve um grupo de 29 Universidades da América Latina e Europa e tem por finalidade favorecer a transformação estrutural das instituições de Educação Superior (IES) na América Latina através de modelos de investigação e de ações gestoras que permitam conhecer a pertinência das funções universitárias no desenvolvimento social equilibrado, potencializando a equidade e a coesão social.

O artigo se estrutura com base nos dados coletados para a elaboração de dois relatórios sobre o acesso à educação superior no Brasil: um primeiro voltado ao levantamento das condições e das políticas de acesso na Universidade Federal da Bahia; e outro que aborda uma perspectiva nacional da questão. Assim, o artigo apresenta um breve cenário sobre a desigualdade no Brasil, para em seguida discutir o problema da desigualdade de acesso ao ensino superior na Bahia e as respostas que a UFBA vem dando para a questão.

CENÁRIOS DA DESIGUALDADE NO BRASIL³

Segundo os indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há inegáveis evidências da enorme desigualdade social no Brasil, especialmente no que se refere às mulheres e homens negros e seus descendentes.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, no período 2004-2006, para cada jovem branco morto por homicídio, morrem, em média, dois jovens negros.

³ Este item do artigo foi produzido a partir do Relatório Nacional produzido no âmbito do Programa Marco Interuniversitário para a Equidade e a Coesão Social nas Instituições de Ensino Superior, elaborado pela Universidade Nove de Julho, Universidade do Sul de Santa Catarina e pela Universidade Federal da Bahia, sob a coordenação da primeira.

Em 2008, segundo o IBGE, a taxa de desemprego foi de 9,5% entre mulheres pretas e pardas, contra 6,4% entre todos brasileiros. Menos de 1,0% dos jovens trabalhavam como aprendiz ou estagiário, mas os jovens brancos conseguiram mais oportunidades.

Quanto à ocupação dos beneficiários do Programa Brasil Alfabetizado (PBF), 40% tinham trabalho remunerado e as ocupações sem remuneração correspondiam à situação de 34% dos titulares. Os que nunca tinham trabalhado correspondiam a 16,9% do total, sendo que entre os brancos este indicador foi de 19,0% e, entre os pretos e pardos, de 15,8%.

Quanto ao tipo de trabalho realizado, a proporção de brancos que trabalhavam no setor privado (17,2%) foi maior do que a porcentagem entre pretos e pardos (13,7%); estes trabalhavam na categoria de empregado doméstico em uma proporção 28,3% maior que os brancos.

No ano de 2006, o peso do trabalho informal era de 54,1% entre as mulheres brancas e de 75,0% entre as pretas e pardas. Entre os homens, os brancos recebiam aposentadoria 109,1% maior do que os homens pretos e pardos, em 1988.

Ao se observar o mercado de trabalho brasileiro e as condições de remuneração, verifica-se que a diferença salarial entre homens e mulheres amplia-se quando ao sexo se soma a raça, ou cor. Em 2009, o rendimento médio dos trabalhadores negros era 55,0% menor que o de não negros – relação muito próxima à verificada entre as trabalhadoras negras, cujo salário médio era 56,0% menor que o das não negras.

Embora o nível de desigualdade de remuneração diminua ao tomar-se o sexo como principal variável, ela persiste. A mulher negra recebia, em média, em igual período, 67,0% do que recebia o trabalhador negro, enquanto o salário nominal da mulher branca era 65% daquilo que recebia o homem não negro (Tabela 1).

No que se refere à educação o número de jovens negros analfabetos, na faixa etária de 15 a 29 anos, é quase duas vezes maior que o de jovens brancos. Em 2008, quase metade das crianças afrodescendentes de 6 a 10 anos estava fora da série escolar adequada, contra 40,4% das brancas. Na faixa de 11 a 14 anos, o percentual de pretos e pardos, com defasagem na taxa de frequência líquida (adequação idade – série), sobe para 62,3%.

Na educação superior, segundo Bittar (2008, p. 154), ao se considerar a diferença rural/urbano, as desigualdades são sinalizadas nas taxas de frequência: em 2005, as áreas metropolitanas apresentavam uma diferença de 13 pontos percentuais sobre as rurais (15,2% sobre 2,1%, respectivamente).

Para as mulheres, o período 1996-2005 apresentou índices de escolarização líquida na educação superior maiores que os dos homens: uma diferença superior de três pontos percentuais sobre os homens, 12,7% contra 9,7%. No entanto, a situação de desigualdade das mulheres negras nas Instituições de Ensino Superior brasileiras permanece em patamares muito próximos aos dos homens negros. Embora seu índice de frequência líquida na educação superior seja pouco mais de 11 pontos percentuais inferiores ao das mulheres brancas (14,6%), a presença das mulheres negras na educação superior, quando comparada ao ensino médio, apresenta um crescimento negativo (-84,57%); quando comparada ao índice de frequência líquida no ensino fundamental, chega a -93,58% (*id., ib., p. 156*).

Quanto à situação dos estudantes indígenas, pelos dados do questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de 2004, seu percentual de presença na educação superior varia entre 0,2 e 5,2%, nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas dos estados, com destaque para o Estado do Amapá que apresentou o percentual mais elevado nas IES públicas, atingindo 5,2%, e, nas IES privadas, igualando-se ao Estado do Amazonas, com um percentual de 4,6%. O Estado do Rio Grande do Sul registrou o menor índice de representatividade nas IES públicas (0,3%) e o de Alagoas registrou o menor índice nas IES privadas (0,2%).

O número de mulheres com 11 anos de estudo é superior ao dos homens – 40,6% contra 35,2% - e o percentual de pessoas brancas nessa escolaridade também é maior do que o observado entre pardos e negros.

Entre os jovens entre 18 e 24 anos que faziam parte da População Economicamente Ativa (PEA), apenas 15,2% possuía mais de 11 anos de estudo – situação mais grave em regiões como Norte e Nordeste, com 11,2% e 9,0%, respectivamente.

De modo geral, observa-se que é elevado o número de brasileiros que ainda não ingressou no ensino superior. Deve-se destacar que a meta 12 do Plano Nacional de Educação 2010-2020 estabelece a elevação a 50% da taxa de matrícula bruta no Ensino Superior e a 30% a taxa líquida de matrícula (entre os jovens de 18 a 24 anos).

De acordo com Amaral (2010, p. 27), no ano de 2008, apenas 13,9% dos jovens nesta faixa de idade estavam matriculados na educação superior e apenas 26,7%, nas instituições públicas, impondo dois grandes desafios à expansão das matrículas na educação superior brasileira: “1) que 30% da população de jovens com idade entre 18 e 24 anos tenham tido

oportunidade de ingressar e de permanecer nesse nível de ensino; 2) que 40% das matrículas estejam nas instituições de educação superior públicas”.

Os dados apresentados evidenciam a exclusão social de mulheres, negros, índios, trabalhadores rurais, a despeito da expansão quantitativa a partir da década de 1990, basicamente com a ampliação de vagas no ensino particular. Dessa forma, a reprodução das desigualdades socioeconômicas tem se perpetuado no sistema educacional brasileiro.

O avanço brasileiro na educação, que quase universalizou o acesso ao Ensino Fundamental, parece distante de obter o mesmo resultado no ensino superior e, sobretudo, apresenta desigualdades educacionais entre os grupos sociais mencionados. As dificuldades de acesso e permanência desses grupos na educação perpetuam o ciclo de reprodução das desigualdades sociais – eles estudam menos tempo, possuem menor índice de escolaridade, ganham menos, têm menos acesso aos serviços básicos de qualidade.

A disparidade nas trajetórias escolares dos grupos sociais historicamente excluídos justifica a necessidade de adotar medidas que minimizem a desigualdade de acesso ao Ensino Superior a esses grupos e apoiem sua permanência, além de medidas que promovam a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Por isso, políticas públicas de ações afirmativas com enfoque abrangente e sistêmico que permitam superar tais desvantagens se fazem necessárias, não como mero assistencialismo, mas como compensação pelas desigualdades sociais.

Dentre estas medidas, destacam-se o sistema de cotas, que reserva um percentual do número total de vagas oferecidas pelas instituições de ensino seguindo diferentes critérios. Desde 2003 até 2012 cada instituição de ensino poderia aderir ou não ao sistema de cotas. A partir de agosto de 2012 com a aprovação do Projeto de Lei Complementar 180/2012, passa a ser obrigatória a oferta de 50% das vagas disponibilizadas pelas IES públicas para estudantes de escolas públicas.

O CONTEXTO TERRITORIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O estado da Bahia é uma das 27 unidades federativas do Brasil. É o sétimo estado mais rico do país e está localizado na região Nordeste. Com uma extensão territorial de 564.692,70 km² (pouco maior do que a França), o estado da Bahia se posiciona como o

maior estado do Nordeste em extensão territorial. Possui também a maior população e o maior Produto Interno Bruto (PIB).

Apesar de ser a sétima maior economia do Brasil, com um PIB superior a 100 bilhões de reais, são pouco mais de oito mil reais de PIB *per capita*. Isso gera um quadro em que a renda é mal distribuída e acaba se refletindo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) fixado pelo IBGE (2005) em 0,742, tornando a Bahia o possuidor do décimo quinto maior IDH ou nono menor do país. A seguir, a Tabela 1 apresenta dados sobre o PIB nos estados do Brasil.

Tabela 1 – Lista de estados do Brasil por PIB/2008

	Estado	PIB em R\$ mil
1º	São Paulo	R\$ 1.003.016.000
2º	Rio de Janeiro	R\$ 343.182.000
3º	Minas Gerais	R\$ 282.522.000
4º	Rio Grande do Sul	R\$ 199.499.000
5º	Paraná	R\$ 179.270.000
6º	Santa Catarina	R\$ 123.283.000
7º	BAHIA	R\$ 121.508.000
8º	Distrito Federal	R\$ 117.572.000
9º	Goiás	R\$ 75.275.000
10º	Pernambuco	R\$ 70.441.000

Fonte: IBGE (2009).

Complementando a análise em questão, a Tabela 2 apresenta os dados do IDH dos estados brasileiros, quando se pode observar que a Bahia ocupa uma posição pouco privilegiada, perdendo apenas para os estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão e Alagoas, que tem o pior IDH do país com 0,677, índice inferior ao da Indonésia.

Tabela 2 – Lista de estados do Brasil por IDH/2005

	Estado	IDH
1º	Distrito Federal	0,874
2º	Santa Catarina	0,840
3º	São Paulo	0,833
4º	Rio de Janeiro	0,832
5º	Rio Grande do Sul	0,832
6º	Paraná	0,820
7º	Espírito Santo	0,802
8º	Mato Grosso do Sul	0,802
9º	Goiás	0,800
10º	Minas Gerais	0,800
11º	Mato Grosso	0,796
12º	Amapá	0,780
13º	Amazonas	0,780
14º	Rondônia	0,776
15º	Tocantins	0,756
16º	Pará	0,755
17º	Acre	0,751
18º	Roraima	0,750
19º	BAHIA	0,742
20º	Sergipe	0,742

Fonte: PNUD (2008)

Em sua vasta extensão territorial (564.692,70 km²), o estado da Bahia possui 417 municípios e uma população de 14.637.364 habitantes. Este contingente populacional faz dele o 4º estado brasileiro mais populoso e o 15º mais povoado. Neste contexto populacional, 69%, ou seja, 10.102.476 habitantes vivem na zona urbana, enquanto que 31% (3.914.430 habitantes) vivem na zona rural. Desse total 6.878.266 são homens e 7.138.640 são mulheres, distribuídos pelas zonas urbana e rural conforme demonstra a Tabela 3. É interessante observar ainda que desse total de habitantes, 2.675.656 habitantes estão concentrados apenas na capital Salvador, o que representa 18,27% de toda a população do estado da Bahia, distribuídos entre homens e mulheres, 1.248.897 (47%) e 1.426.759 (53%), respectivamente.

Tabela 3 – Distribuição da população do estado da Bahia

Zona	Homens	Mulheres	Total
Urbana	4.840.611	5,261.865	10.102.476
Rural	2.037.655	1.876.775	3.914.430
Total	6.878.266	7.138,640	14.637.364

Fonte: IBGE (2009).

Centro da cultura afro-brasileira, o estado da Bahia se caracteriza por possuir boa parte da sua população de origem africana, apesar de apresentar uma maior porcentagem de pardos, seguidos por brancos, pretos e ameríndios. Neste contexto, é necessário destacar que a cidade de Salvador é considerada a cidade com o maior número de descendentes de africanos do mundo, seguida por Nova York. A tabela 4 apresenta a distribuição da população baiana por etnia.

Tabela 4 – Cor/Raça no estado da Bahia

Cor/Raça	Percentual
Pardos	63,4%
Brancos	20,3%
Pretos	15,7%
Amarelos ou indígenas	0,6%

Fonte: IBGE (2006)

Apesar da superação quantitativa do sexo feminino no que diz respeito à população total do estado, conforme Tabela 3, e da significativa participação dos negros nesse contingente (Tabela 4), a inserção no mercado de trabalho da mulher e do negro ainda é bastante reduzida conforme estudos e pesquisas realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que revela uma enorme desigualdade na posição ocupada pelas mulheres e pelos negros em relação aos homens brancos tanto no quesito oportunidade de emprego e permanência, quanto no que diz respeito à remuneração. As mulheres e os negros baianos, ainda recebem menos e nem sempre ocupam as mesmas funções que o homem branco/pardo baiano.

Este nível de desigualdade social é reforçado ainda mais quando se avalia o Índice de Desigualdade da Distribuição de Renda (Gini), índice que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. De acordo com este índice o Estado da Bahia ocupa a quinta colocação no país, o que significa que a Bahia é o quinto estado mais desigual do Brasil, com um coeficiente igual a 0,56. Como essa situação se expressa no acesso à educação superior no estado é o que passaremos a discutir na sequência.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E AS POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

No Brasil, uma instituição de ensino superior (IES) é uma instituição que promove educação em nível superior, regulamentados pela Lei Nº 9.394, de 1996, que, conforme suas características são classificadas como: universidades, que podem ser formadas por faculdades, escolas ou institutos de ensino superior, centros universitários e faculdades.

Uma universidade é uma Instituição de Educação Superior (IES) que tem como função a formação dos quadros de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Uma universidade provê educação de graduação e de pós-graduação. O Ministério de Educação e Cultura tem registrado 224 universidades em funcionamento em todo País, das quais sete delas estão no Estado da Bahia, local em que fica situada a UFBA.

Sabemos que a educação Superior na América Latina apresenta, hoje, a configuração de três cenários distintos: O primeiro como um espaço de formação e reprodução das elites; o segundo como espaço de formação de massa; e o terceiro, como um espaço de acesso universalizado. No Brasil, ainda estamos longe de ter uma universidade que se possa dizer de massas, ou com acesso universalizado, apesar de na primeira década de 2000 termos observado a implementação de uma série de medidas para democratização do acesso e a expansão do ensino superior. Entre as medidas destacam-se o aumento no número de instituições, cursos e vagas no sistema federal de ensino e modificações no processo seletivo, bem como a implantação de uma política de reserva de vagas nas universidades mediante a criação de cotas sociais e étnicas em atenção aos princípios de equidade e pertinência social.

No contexto dessa expansão, foi criado em 2007, pelo governo brasileiro, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tem como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, além do aumento da qualidade dos cursos e um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada à diversidade do sistema de ensino superior.

Apesar das discussões e críticas ao Programa REUNI, é nesse cenário que a UFBA amplia a oferta de cursos de graduação com impactos importantes para gestão universitária.

Como consequência desse novo momento, podemos destacar os seguintes aspectos:

a) criação do Bacharelado Interdisciplinar – a principal e mais imediata mudança é o Bacharelado Interdisciplinar, com três anos de duração, em quatro áreas do conhecimento: Humanidades, Artes, Tecnologias e Ciências, Saúde. Em 2009, foram 900 novas vagas (noturnas, na maior parte); b) aumento da oferta de cursos e vagas – O vestibular/2009 ampliou em mais de 50% as vagas e implantou 18 novos cursos de graduação. Somente o Bacharelado Interdisciplinar teve 900 novas vagas, oferecidas, sobretudo, para cursos noturnos. No total, a Universidade ofereceu 6,5 mil vagas para 99 cursos em Formação Superior, Bacharelado, Licenciatura (formação de professores para a educação básica), Superior de Tecnologia e Bacharelado Interdisciplinar. Até a integralização do projeto (a matrícula projetada só se cumprirá em cerca de dois anos), a meta, é saltar do sétimo para o quarto lugar no *ranking* das universidades federais, com 38 mil matrículas em mais de 100 cursos de graduação. Para atender a demanda, há, atualmente, 1,5 mil novos professores e servidores concursados e contratados; c) ampliação da estrutura física – Em paralelo às mudanças sinalizadas anteriormente, está em curso um projeto de reestruturação física dos campi, segundo as diretrizes do Plano Diretor Físico e Ambiental (aprovado pelo Conselho Universitário). As unidades (faculdades, escolas e institutos) serão reunidas por áreas de afinidade denominadas Zonais, ligadas por corredores de circulação, dentro do conceito de parque ecológico, cujo acesso será a pé, pelo bio-bus e bicicletas. Serão implantadas estruturas de formação, como arenas multiuso, pavilhões de laboratórios, complexos de auditórios modulados, centro de idiomas e outros; e as atuais estão em reforma na estrutura física. São 59 novas edificações e intervenções físico-ambientais, com investimento de R\$ 187 milhões. Dos quais, R\$ 86 milhões do Programa REUNI e R\$ 20 milhões decorrentes de emendas parlamentares; outras fontes (CT-Infra, FINEP, Petrobrás, governos estadual e municipais,) complementam o orçamento.

A expansão em questão traz um dado inovador quando se estabelece, a partir de 2005, o acesso diferenciado no vestibular da UFBA para estudantes oriundos da escola pública, com prioridade para os estudantes afrodescendentes e índio-descendentes, projeto que é fruto da mobilização do movimento negro em conjunto com órgãos oficiais como o Centro de Estudos Afrodescendente (CEAFRO-UFBA).

Essa nova realidade decorrente do acesso pelo sistema de cotas está longe de resolver o problema da superação das desigualdades historicamente constituídas, pois esse

sistema não consegue resolver as relações que se estabelecem entre distintos públicos: aqueles com elevado capital simbólico e acadêmico agregado pela formação que prepara para as exigências do vestibular e aqueles que trazem na bagagem marcas das deficiências da escola pública às quais tiveram acesso, o que não exclui seu capital cultural, mas o distingue. Saber como essa distinção tem sido tratada é uma das questões relevantes na atualidade.

Para enfrentar o problema da permanência dos estudantes de baixa renda e cotistas na Universidade, foi criado um órgão da administração central, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) com a função de prover condições para viabilizar a formação de estudantes cotistas e também dos não cotistas que têm necessidades relativas à moradia, alimentação, transporte, entre outros. Com um contingente de cerca de 30.000 alunos na graduação, dos quais se incluem os que vêm de outras cidades que não a capital ou mesmo da periferia, a demanda atendida ainda é inferior às necessidades existentes.

No ano de 2011 os editais lançados para enfrentar o problema da permanência dos estudantes foram os seguintes: Edital 01/2011 (seleção para moradia, alimentação e auxílio transporte SSA); Edital 02/2011 (seleção de vagas na Creche UFBA, destinado a filhos de alunos da graduação e pós-graduação); Edital 03/2011 (seleção para auxílio à organização e participação em eventos acadêmicos); Edital 04/2011 (seleção para auxílio ao estímulo à integração na América Sul, voltado para estágio, curso ou evento); e Edital 02/2011 NUPAE/ICADS Barreiras (seleção para auxílios moradia, alimentação e transporte).

Há que se destacar ainda que, até o momento, os programas e ações têm priorizado o atendimento das demandas materiais, contudo, não tem conseguido atender as necessidades de estudantes cotistas no tocante ao ser, estar e conviver em um cenário permeado de dificuldades e discriminações veladas que se fazem presentes nas relações estabelecidas no interior da Universidade e que refletem as praticadas na sociedade como um todo.

Assim, as tensões percebidas na relação entre o acesso e a permanência material e simbólica precisam ser enfrentadas e são fundamentais para compreender e minimizar as desigualdades sofridas pelas populações mais vulneráveis. Igualmente válido é, portanto, promover a discussão e a democratização do acesso à informação com o compromisso de criar estratégias de superação de modo que tanto o acesso, a permanência e o futuro dessa

parcela da população sejam reflexos de um processo de reconhecimento de práticas segregacionistas, mas acima de tudo, do compromisso de sua transformação em equidade e desenvolvimento da região.

Para isso, o papel da comunicação entre universidade e sociedade é crucial e inadiável. Seja pelo dever constitucional que tem as instituições públicas de prestar informação sobre suas ações, seja pela possibilidade de diálogo e transformações de que são portadoras tanto a comunicação quanto a educação, entendidas para além de sua função instrumental, mas como processos que favorecem a transformação social a serviço da coesão e da pertinência social.

Essa é uma discussão que precisa ser ampliada uma vez que o debate sobre as políticas afirmativas na educação superior apesar de vir ganhando força desde sua implantação em 2002, ainda está longe de ter sido superada a polaridade das cotas raciais ou sociais.

Esse é, inclusive, um dos aspectos em que temos percebido dificuldades que precisam ser enfrentadas, na medida em que ainda se verifica uma tímida divulgação dos dados oficiais da UFBA, que possibilite à comunidade interna e externa conhecer os desdobramentos dessa política na prática, seus avanços e dificuldades no que diz respeito ao acesso e a permanência de estudantes ingressos pelo sistema de cotas numa IES como a UFBA.

No Brasil, no tratamento da temática da desigualdade do acesso ao ensino superior a que destacar também os problemas relativos às desigualdades de gênero. As condições sociais marcadas por hierarquizações patriarcais e econômicas fizeram com que as mulheres chegassem às escolas muito depois dos homens e em condições muito específicas para receberem uma educação própria para “mulheres” como relata Elizete Passos em seu livro “A Educação das Virgens”. Assim como na educação básica, no Brasil, as mulheres ingressaram tardiamente na universidade. Somente a partir do final do século XIX, as mulheres adquirem o direito de ingressar no ensino superior. Temos nota de que o pioneirismo do acesso feminino à universidade cabe a uma médica, formada pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1887.⁴

⁴ Em 19 de abril de 1879, D. Pedro II faz aprovar uma lei autorizando a presença feminina nos cursos superiores. A decisão do Imperador deveu-se ao episódio vivido por Augusta Generosa Estrela, que, tendo se diplomado em Medicina, em New York, em 1876, com uma bolsa de estudos concedida pelo próprio Imperador, foi impedida de exercer a profissão ao retornar ao Brasil (Blay e Conceição, 1991).

De acordo com os Informes de Passos (1997) a partir dos anos 70, verifica-se uma significativa expansão das matrículas no ensino superior. Grande parte desse crescimento é atribuída ao aumento da participação feminina nesse grau de ensino. Passos (1997) observa ainda que essa participação não se dá de modo uniforme, pois o aumento da concentração ocorre, sobretudo, naquelas carreiras compreendidas como ‘femininas’ definidas culturalmente como mais apropriadas à mulher. Em 1971, algo em torno de metade das mulheres matriculadas no ensino superior concentrava-se nos cursos de Letras, Ciências Humanas e Filosofia.

A retomada do projeto “emancipacionista” das mulheres no Brasil, em meados dos anos 70, foi marcada não apenas pela ampla mobilização de mulheres em torno de questões específicas à condição feminina em nossa sociedade, mas também pelo crescente interesse em estudos e pesquisas em torno dessa temática, dando margem ao surgimento de grupos e núcleos de estudos nessa área em diferentes universidades brasileiras, bem como em associações científicas nacionais, constituindo-se em espaços privilegiados para a necessária permuta de experiências e o aprofundamento de reflexões teórico-metodológicas sobre a problemática da mulher e relações de gênero.

Na UFBA, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) tem se destacado na discussão sobre a condição feminina e reflete os avanços nacionais e internacionais sobre as questões de gênero. A seguir, com base em informações coletadas no *site* www.neim.ufba.br e na palestra proferida por uma de suas coordenadoras no I Seminário sobre Equidade na Educação Superior promovido pelo Grupo de Pesquisa responsável pelo Riaipe3 na UFBA, apresentamos alguns elementos para que se possa compreender as contribuições do trabalho desenvolvido por esse Núcleo de Estudos e Pesquisas.

Criado em maio de 1983, como núcleo então vinculado ao Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, o NEIM se destaca não apenas por ser o núcleo de estudos feminista mais antigo do país, como também por sua atuação marcante e continuada na promoção de uma série de atividades nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo sempre em vista a formação de uma consciência crítica acerca das relações de gênero hierárquicas, predominantes em nossa sociedade, e da consequente especificidade da condição feminina.

Em 1995, o NEIM conquistou um lugar de maior destaque na UFBA, ascendendo à categoria de órgão suplementar. Hoje o Núcleo é reconhecido pela sua competência, tanto

no âmbito nacional quanto internacionalmente, destacando-se dentre os principais centros de ensino e pesquisa na área dos estudos sobre a mulher e as relações de gênero do país. No âmbito nacional tal reconhecimento materializa-se com a criação do programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), o primeiro nessa temática no país e na América Latina.

Buscando realizar e incentivar o ensino e a produção de conhecimento na área dos Estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero, bem como a implementação de ações concretas de transformação na condição das mulheres, o NEIM constituiu-se, desde o seu início, na intenção de desenvolver ações articuladas aos interesses da comunidade, desenvolvendo projetos especiais de intervenção na perspectiva de gênero. Esses projetos, aqui denominados “Projetos Institucionais”, diferem-se dos projetos de pesquisa acadêmica realizados continuamente pelas integrantes do NEIM, por seu caráter de pesquisa integrada às atividades de extensão, na perspectiva de uma interseção entre teoria acadêmica e práxis feminista.

Alguns projetos desenvolvidos pelo NEIM podem ser destacados nessa perspectiva: Projeto Trilhas do Empoderamento (em andamento); Consórcio Observatório da Lei Maria da Penha (em andamento); Projeto Especial de Formação de Formadores para Participação das Mulheres no Mundo do Trabalho (2005/2007); Combate ao Racismo e Sexismo Institucional no Brasil: experiências dos Conselhos na Bahia – PCRI (2005/2006); Projeto Gênero, Raça e Cidadania no Combate à Violência (2004-2005); Strengthening Gender and Development Studies in Northeastern Brazil (2002-2005); Programa de Valorização da Mulher do Projeto Ponto Novo (2001); Centro Humanitário de Apoio à Mulher – CHAME (1994/2001); Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião (1998/2001); Perfil da Mulher Metalúrgica do Norte e Nordeste (1998/2000); Diagnóstico Sócio Econômico Ambiental da Mulher Pescadora do Recôncavo Baiano (1992/1993); Programa de Pesquisa e Assessoria às Mulheres do Subúrbio Ferroviário

No âmbito acadêmico, o NEIM tem estimulado o crescente interesse de estudantes pela análise das questões de gênero e condição feminina na sociedade e na história. Nesse sentido, têm colaborado, efetivamente, ministrando cursos em nível de graduação e pós-graduação através dos departamentos de Ciência Política, Antropologia, Sociologia e História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, bem como nos Cursos do Instituto de Letras, Escola de Enfermagem e Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Juntam-

se a esse esforço a criação, em 2005, do programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM). Para o público externo à UFBA têm sido oferecidos inúmeros cursos, dentre os quais se destacam (I) Cursos Regulares; (II) Cursos Especiais e (III) Cursos de Pós-Graduação.

As perspectivas assumidas pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da UFBA, ao longo dos últimos 29 anos, bem como as ações decorrentes da sua intervenção, conforme descrevemos acima, revela como o caráter integrado entre construção teórica e prática social pode demarcar espaços importantes de busca pela construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e humana, em que se confronte cotidianamente as configurações sociais historicamente consolidadas de uma sociedade excludente em suas diversas matizes como se pode perceber na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentados neste artigo indicam importantes problemáticas a serem melhores investigadas, bem como aspectos das práticas institucionais que precisam ser tratadas, podendo se constituir em elementos importantes para o desenvolvimento de programas de gestão que viabilizem as intenções expressas nas políticas aqui indicadas. Para tanto, consideramos que seja fundamental, por um lado, garantir a ampla disseminação da informação e do conhecimento sobre as temáticas sobre pertinência e coesão social nas práticas de gestão universitária, visando transformar os processos de implementação das políticas de acesso em processos de participação coletiva e, por outro, mobilizar a comunidade acadêmica mediante a construção de canais de comunicação acerca das políticas de ações afirmativas na UFBA ampliando o seu alcance e qualificando seus resultados.

Essa nova realidade decorrente do acesso pelo sistema de cotas está longe de resolver o problema da superação das desigualdades historicamente constituídas, pois esse sistema não consegue resolver as relações que se estabelecem entre distintos públicos: aqueles com elevado capital simbólico e acadêmico agregado pela formação que prepara para as exigências do vestibular e aqueles que trazem na bagagem marcas das deficiências da escola pública às quais tiveram acesso, o que não exclui seu capital cultural, mas o

distingue. Saber como essa distinção tem sido tratada é uma das questões relevantes na atualidade.

Portanto, é necessário ir além da implementação de programas e ações voltados à garantia do atendimento das demandas materiais, investindo também na promoção de ações voltadas à mudança cultural para superação das discriminações veladas que se fazem presentes nas relações estabelecidas no interior da Universidade e que refletem as praticadas na sociedade como um todo.

Nesse sentido, é preciso enfrentar as tensões percebidas na relação entre o acesso e a permanência material e simbólica, investindo na democratização do acesso à informação como condição fundamental para o reconhecimento e a superação de práticas segregacionistas com o compromisso de sua transformação em equidade e desenvolvimento da região.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carmem D. In *Políticas Públicas de Ações Afirmativas e a lei 10.639/2003*. Disponível em: <http://www.pe.senac.br/ascom/faculdade/Anais_EncPesqExt/III/anais/comunicacao/024_2009_ap_oral.pdf>. Acesso em: 24 Julho 2011.

SANTOS, Dyane B.R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. 21 de Dezembro de 2009.

Regulamentação o Programa Universidade para todos – PROUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5493.htm>. Acesso em: 23 Julho 2011.

Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil. 2007-2008. Paixão, Marcelo e Carvano, Luiz (Org.) Disponível em: <http://www.laeser.ie.ufri.br/pdf/RDR_2007-2008_pt.pdf>.

RISTOFF, Dilvo; et.al. **Simpósio Gênero e indicadores no Ensino Superior brasileiro**. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 17 Setembro 2011.

SANTOS, Maria Cristina Elyote Marques. **Sou cotista, e agora? Uma análise das condições de permanência numa universidade multicampi**. Orientadora Dra. Nadia Hage Fialho, no Programa de Pósgraduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), 2009.

RECEBIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2012.

APROVADO EM 16 DE NOVEMBRO DE 2012.